



30 de novembro de 2021

**Posição da Indústria Cimenteira Nacional quanto à Proposta de Acordo de Parceria 2021/27:  
Portugal 2030**

**Resumo**

A Indústria Cimenteira nacional (IC), ciente de que constitui efetivamente um setor crucial para a economia nacional e local, está a trabalhar afincadamente para a concretização dos compromissos de Portugal no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, assumindo o compromisso para a neutralidade carbónica ao longo da cadeia de valor do cimento e betão até 2050 no seu Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 publicado em março.

O setor está de facto apostado em diminuir a sua pegada de carbono e comprometido em investir em soluções inovadoras que também contribuam para a descarbonização da economia, apesar do contexto difícil dos últimos anos, bem como da maior exigência ao nível do processo de fabrico, provocada pela crescente preocupação com temas como as alterações climáticas. A disponibilidade a uma escala comercial, e apesar de se prever a partir de 2030, de tecnologias mais disruptivas como as tecnologias de captura, utilização e armazenamento de CO<sub>2</sub> (CCUS) e do Hidrogénio permitirá à Indústria Cimenteira nacional atingir a neutralidade carbónica ao longo da cadeia de valor até 2050.

O Acordo de Parceria 2021-27: PORTUGAL 2030, agora em consulta pública, revela-se fundamental para o país numa perspetiva da criação de condições que o tornem mais competitivo e resiliente por forma a entrarmos num período de real recuperação e convergência nestes tempos desafiantes pós pandemia em que será indispensável atender com urgência às necessárias transformações económicas e sociais que as alterações climáticas também impõem. Neste âmbito, é igualmente fundamental que o Acordo sirva de alavanca para uma maior competitividade do tecido empresarial nacional, no qual se podem identificar empresas de grande dimensão sustentadas numa base tecnológica sólida e que utilizem o país como uma plataforma de produção e de desenvolvimento para o mercado interno e externo e que não podem ser marginalizadas neste esforço nacional de inovação e competitividade.

Da análise ao projeto do Acordo de Parceria 2021-27: PORTUGAL 2030, relevamos que:

- o momento exige o reforço da aposta na descarbonização da economia, na economia circular, na transição energética e na resiliência do território;
- às empresas portuguesas, incluindo as grandes empresas, que já trabalham diretamente na descarbonização da sua atividade deverão ser garantidas condições para investirem financeiramente em projetos que compensem as emissões de carbono na sua cadeia de valor;
- as tecnologias de captura, armazenamento e utilização do CO<sub>2</sub> (CCUS) são essenciais para a descarbonização da economia e para o sucesso de um país neutro em carbono em 2050, podendo ser potenciadas pela estratégia nacional do hidrogénio;
- urge definir um quadro de financiamento bastante expressivo e integrado para fazer face a elevados riscos tecnológicos destas e outras tecnologias disruptivas;
- será fulcral o conjunto de políticas públicas de suporte que venha a ser definido;



- é importante garantir que as diferentes estratégias de cada setor tendam a convergir para um fim comum. A identificação das possíveis sinergias sectoriais e a criação de clusters industriais revela-se fulcral para sermos bem-sucedidos enquanto país próspero e sustentável;
- se deve também atender às necessidades decorrentes das estratégias das empresas para a sua inovação, internacionalização e competitividade;
- estamos perante diferentes níveis de exigência aplicáveis às diversas indústrias, logo deverá ser necessário adequar as respostas;
- o caminho a seguir passa por dinamizar o investimento empresarial em processos de inovação produtiva, visando o desenvolvimento de novos produtos e processos de produção, articulando-se os mecanismos financeiros nacionais e europeus de forma a potenciar o desenvolvimento competitivo dos vários agentes sectoriais;
- a capacitação das empresas para a exportação deve ser um dos pilares do crescimento sustentável;
- é fundamental assegurar as condições de competitividade da indústria nacional face à restante indústria europeia e, sobretudo, indústrias concorrentes de países terceiros que se traduzam em idênticas condições de competitividade para as empresas, isto é, um mesmo *level playing field*;
- é decisivo encetar um esforço coordenado e estruturado que permita manter no país as grandes empresas, tecnologicamente atualizadas e a operarem, dum modo competitivo, no mercado internacional;
- as intervenções no domínio da ferrovia e nas infraestruturas portuárias serão essenciais para se dotar a economia nacional de condições logísticas favoráveis à sua vertente exportadora;
- dada a relevância do tema no contexto climático global, a componente de descarbonização da indústria deveria ser equacionada numa perspetiva igualmente global não devendo as empresas ser penalizadas pela região onde estão localizadas ou pela sua dimensão;
- se justifica a não exclusão liminar de qualquer região do País até ao fim do período de aplicação do PT2030 dada a imprevisibilidade das consequências resultantes da aplicação de necessárias novas tecnologias. Assim, também a aplicação do Fundo de Transição Justa deve poder ser decidida em função das situações de necessidade concretas que vierem a ser equacionadas, independentemente da localização geográfica das unidades industriais;
- o edificado pode assumir um papel central no que respeita à prioridade da eficiência energética, alinhada com a descarbonização, tornando-se fundamental concretizar um programa de reabilitação do parque habitacional em Portugal;
- o setor da construção é essencial para se atender a políticas consentâneas com a proteção do litoral, a gestão de recursos hídricos, a adaptação às alterações climáticas e a desertificação;
- não é possível atingir a neutralidade carbónica sem acesso a energia renovável abundante e a preços competitivos;
- no âmbito da Transição Energética e Eletrificação da Economia, as especificidades sectoriais deverão ser consideradas e não se deverá colocar em causa a competitividade das diferentes indústrias;



- deverá ser reforçado e melhorado o desempenho de execução dos fundos;
- é pertinente identificar as razões pelas quais a execução dos recentes programas não se tem traduzido nem no crescimento económico, nem na evolução da produtividade e da competitividade da economia portuguesa desejadas;
- as políticas públicas devem ser repensadas para se aproveitar e direcionar os recursos europeus que Portugal terá disponíveis para os desafios que se aproximam;
- deve manter-se a comunicação com o tecido industrial para que, num clima de transparência e de rigor, o tão desejado crescimento económico e sustentável do país decorra com o contributo indispensável da própria Indústria.

---

#### **Sobre a ATIC**

A ATIC - Associação Técnica da Indústria de Cimento, tem como associadas a CIMPOR e a SECIL. Foi criada na década de 60 para promover uma melhor utilização do cimento, e ao seu cariz técnico e científico acresceram aspetos institucionais e de representação da indústria cimenteira nacional. A Indústria Cimenteira é fundamental para a economia local e nacional com um elevado efeito multiplicador na economia: estima-se que por cada euro de valor acrescentado na fileira de cimento e betão são gerados cerca de 3 euros na economia, efeito particularmente relevante para a economia local dado esta indústria estar sediada longe dos centros urbanos. O setor emprega, direta e indiretamente, 5.100 pessoas, e as suas exportações representaram 1,6 mil M€ entre 2005 e 2018, contribuindo assim para o equilíbrio da Balança de Pagamentos. Neste período, a indústria procedeu a investimentos significativos - 200M€ - em medidas de redução do impacto ambiental e em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) que se materializaram numa redução superior a 14% nas emissões específicas de CO<sub>2</sub> por tonelada de cimento desde 1990. Em março de 2021, foi apresentado o Roteiro da Indústria Cimenteira nacional para a Neutralidade Carbónica 2050 no qual estão explícitos o compromisso formal e o alinhamento com as metas de descarbonização e sustentabilidade nacionais estabelecidas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 do Governo Português, em consonância com os princípios do Pacto Ecológico Europeu, o qual reconhece a contribuição da Indústria Cimenteira para uma economia competitiva, sustentável e circular.